

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202507/0786

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Educação, Ciência e Inovação

Orgão / Serviço: Universidade do Algarve

Vínculo: CTFP a termo resolutivo certo

Duração: 36

Regime: Carreiras Não Revistas

Carreira: Investigador

Categoria: Qualquer

Grau de Complexidade: 0

Remuneração: 2.351,53 €

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Contratação de 1 (um(a)) doutorado(a), de nível inicial, para o exercício de funções na área científica de Geografia Económica e Social, no âmbito do projeto "SmartVITATUR-Transforming Quality of Life through Smart Tourism: Developing a Strategic Framework for Enhancing Regional Prosperity in Alignment with the 2030 Agenda", para o Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar (CinTurs) da Universidade do Algarve

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Nos termos do Artigo 16º do RJEC

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Doutoramento

Descrição da Habilitação Literária: Doutor em Geografia

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Universidade do Algarve	1	Campus da Penha - Estrada da Penha	Faro	8005139 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Constituem requisitos especiais de admissão para efeitos de determinação do perfil adequado à atividade a desenvolver, de acordo com o ponto 12:

- a) Ser titular do grau de Doutor em Geografia, obtido nos últimos 6 anos;
- b) Possuir experiência pós-doutoral relevante na área de turismo, desenvolvimento sustentável ou especialização inteligente;
- c) Ter participado, pelo menos, num projeto de investigação nacional ou internacional relacionado com o turismo ou a sustentabilidade territorial, com um orçamento mínimo de 700.000 euros;
- d) Ter experiência comprovada na implementação de projetos de investigação colaborativos na área do turismo, desenvolvimento sustentável e especialização inteligente, financiados por fundos europeus ou nacionais;
- e) Possuir experiência comprovada de investigação em, pelo menos, uma das seguintes áreas: turismo inteligente, destinos turísticos inteligentes, turismo sustentável, inovação no turismo ou transformação digital do turismo;
- f) Demonstrar conhecimento e aplicação prática de métodos quantitativos (por exemplo, PLS-SEM, PCA, desenho de inquéritos, modelação estatística) e métodos de investigação qualitativos;
- g) Apresentar um sólido historial de publicações em revistas indexadas relevantes ou em projetos de investigação aplicada;
- h) Ter experiência em envolvimento de stakeholders e co-criação com municípios, entidades regionais de turismo ou empresas do setor turístico;
- i) Possuir excelentes competências de comunicação oral e escrita em inglês e em espanhol; o conhecimento de português será considerado uma mais-valia.

Outros Requisitos:

- j) Conhecimento de ferramentas digitais, TIC, big data, inteligência artificial e monitorização tecnológica no turismo;
- k) Familiaridade com modelos de governação para destinos turísticos inteligentes e abordagens de investigação participativa;
- l) Capacidade de trabalhar de forma interdisciplinar em turismo, tecnologia, sustentabilidade e ciências sociais.

Competências Pessoais:

- m) Mentalidade orientada para a investigação e pensamento crítico;
- n) Perfil proativo e orientado para soluções, com capacidade para traduzir resultados de investigação em recomendações práticas;
- o) Elevado grau de autonomia e capacidade de adaptação a ambientes dinâmicos e interdisciplinares;

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: srhconcurso@ualg.pt

Contacto: (+351) 289800100

Data Publicitação: 2025-07-21

Data Limite: 2025-08-04

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª série, n.º138, de 21-07-2025, Aviso (extrato) n.º 17989/2025/2

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO(A) 1. Em conformidade com as normas que enformam o Regime Jurídico do Emprego Científico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, e por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 26 de Junho de 2025, foi autorizada a abertura de procedimento concursal de seleção internacional para a contratação de 1 (um(a)) doutorado(a), de nível inicial, para o exercício de funções na área científica de Geografia Económica e Social, no âmbito do projeto "SmartVITATUR-Transforming Quality of Life through Smart Tourism: Developing a Strategic Framework for Enhancing Regional Prosperity in Alignment with the 2030 Agenda", para o Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar (CinTurs) da Universidade do Algarve, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. 2. O projeto com a referência n.º 16227 e com a designação "SmartVITATUR-Transforming Quality of Life through Smart Tourism: Developing a Strategic Framework for Enhancing Regional Prosperity in Alignment with the 2030 Agenda" é financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) e Portugal 2030. 3. O contrato de trabalho é celebrado pelo prazo de 3 (três) anos, automaticamente renováveis por períodos de um ano e até à duração máxima de 6 (seis) anos, salvo se, e sem prejuízo de outras causas de cessação ou extinção legalmente previstas, o órgão científico da instituição propuser a sua cessação, a qual deve ser comunicada ao interessado até 90 dias antes do termo do contrato inicial ou da renovação em curso, com fundamento em avaliação desfavorável do trabalho desenvolvido pelo doutorado, realizada nos termos do regulamento a aprovar, sendo determinante, para além de outras, a promoção e obtenção de fontes de financiamento externo para garantir a investigação futura na área em que foi contratado. 4. O procedimento encontra-se aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da sua publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP), no endereço www.bep.gov.pt, e divulgado no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt> e no sítio na internet da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>. 5. Legislação aplicável: Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, que aprova o regime de contratação de doutorados, destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas de conhecimento (RJEC); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho (LTFP), na sua atual redação, Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro e o Código do Procedimento Administrativo (CPA). 6. Nos termos previstos no artigo 16.º do RJEC o presente procedimento concursal está dispensado: a) da autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, designadamente a referida no n.º 3 do artigo 7.º da LTFP; b) da obtenção do parecer prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, referido no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP; c) do procedimento de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, referido no artigo 265.º da LTFP. 7. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC, o júri do procedimento tem a seguinte composição: Presidente: Doutora Patrícia Susana Lopes Guerrilha dos Santos Pinto, Professora catedrática da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Vogais efetivos: Doutora Maria Margarida Santos, Professora Coordenadora da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve; Doutora Marisol Correia, Professora Coordenadora da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve Vogais suplentes: Doutor José António da Conceição dos Santos, Professor Coordenador da Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Doutora Maria Manuela Martins Guerreiro, Professora Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. 8. Local de trabalho: O(A) Investigador(a) contratado(a) desempenhará as suas funções no Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar (CinTurs) da Universidade do Algarve, no Campus de Gambelas, em Faro, sem prejuízo de em situações pontuais lhe ser indicado outro local para a execução dos trabalhos para que foi contratado(a). 9. Atividades a desempenhar: Exercício de funções de investigação em Turismo Inteligente, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Sustentável dos Destinos Turísticos, com destaque para: 1) Apoiar a gestão operacional do projeto SmartVITATUR, incluindo o acompanhamento dos marcos do plano de trabalhos, a coordenação das atividades do projeto e a elaboração de relatórios de progresso e entregáveis; 2)

Propor e apoiar atividades de investigação relacionadas com o desenvolvimento do turismo inteligente e a sua relação com a qualidade de vida nos destinos turísticos; 3) Desenhar e implementar metodologias de investigação quantitativas e qualitativas, incluindo medições por proxy, PLS-SEM, PCA e análise de sentimentos; 4) Colaborar estreitamente com os stakeholders (municípios, entidades regionais de turismo, profissionais do setor) para cocriar estratégias que melhorem simultaneamente a competitividade turística e o bem-estar dos residentes; 5) Contribuir para o desenho e validação do Quadro Estratégico SmartVITATUR, do Certificado Smart & Green e de um catálogo de soluções inteligentes; 6) Construir parcerias com stakeholders regionais e internacionais para promover a transferência de conhecimento e o alinhamento de políticas; 7) Apoiar o estabelecimento e as atividades operacionais da Rede SmartVITATUR, promovendo a colaboração contínua e a monitorização tecnológica; 8) Publicar resultados de investigação em revistas científicas, policy briefs e relatórios técnicos; contribuir para workshops, seminários e conferências; 9) Participar em atividades de disseminação (plataformas digitais, webinars, newsletters) para transferir conhecimento a diferentes públicos. 10. Poderão ser atribuídas ao(a) doutorado(a), mediante acordo do(a) próprio(a), 4 horas de aulas semanais em unidades curriculares da sua área de especialidade, no limite de 90 horas letivas anuais. 11. A remuneração mensal a atribuir, nos termos conjugados do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do RJEC e n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017 de 29 de dezembro, correspondente ao nível 33 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008 de 31 de dezembro, sendo de 2.351,53 € (dois mil trezentos e cinquenta e um euros e cinquenta e três cêntimos), ilíquidos, em regime de dedicação exclusiva. 12. Ao presente concurso podem ser opositores (as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as), e apátridas que sejam titulares do grau de Doutor em Geografia e detentores(as) de um currículo científico e profissional que revelem um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer às regras estabelecidas no regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros em vigor, devendo o(a) candidato(a) ordenado(a) em lugar elegível cumprir as formalidades exigidas até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, sob pena de exclusão do procedimento concursal. 13. São requisitos gerais de admissão ao procedimento concursal, aqueles a que alude o artigo 17.º da LTFP. 14. Constituem requisitos especiais de admissão para efeitos de determinação do perfil adequado à atividade a desenvolver, de acordo com o ponto 12: a) Ser titular do grau de Doutor em Geografia, obtido nos últimos 6 anos; b) Possuir experiência pós-doutoral relevante na área de turismo, desenvolvimento sustentável ou especialização inteligente; c) Ter participado, pelo menos, num projeto de investigação nacional ou internacional relacionado com o turismo ou a sustentabilidade territorial, com um orçamento mínimo de 700.000 euros; d) Ter experiência comprovada na implementação de projetos de investigação colaborativos na área do turismo, desenvolvimento sustentável e especialização inteligente, financiados por fundos europeus ou nacionais; e) Possuir experiência comprovada de investigação em, pelo menos, uma das seguintes áreas: turismo inteligente, destinos turísticos inteligentes, turismo sustentável, inovação no turismo ou transformação digital do turismo; f) Demonstrar conhecimento e aplicação prática de métodos quantitativos (por exemplo, PLS-SEM, PCA, desenho de inquéritos, modelação estatística) e métodos de investigação qualitativos; g) Apresentar um sólido historial de publicações em revistas indexadas relevantes ou em projetos de investigação aplicada; h) Ter experiência em envolvimento de stakeholders e co-criação com municípios, entidades regionais de turismo ou empresas do setor turístico; i) Possuir excelentes competências de comunicação oral e escrita em inglês e em espanhol; o conhecimento de português será considerado uma mais-valia. Outros Requisitos: j) Conhecimento de ferramentas digitais, TIC, big data, inteligência artificial e monitorização tecnológica no turismo; k) Familiaridade com modelos de governação para destinos turísticos inteligentes e abordagens de investigação participativa; l) Capacidade de trabalhar de forma interdisciplinar em turismo, tecnologia, sustentabilidade e ciências sociais. Competências Pessoais: m) Mentalidade orientada para a investigação e pensamento crítico; n) Perfil proativo e orientado para soluções, com capacidade para traduzir resultados de investigação em recomendações práticas; o) Elevado grau de autonomia e capacidade de adaptação a ambientes dinâmicos e interdisciplinares; p) Excelentes competências de colaboração e comunicação com stakeholders. 15. Nos termos do artigo 5.º do RJEC, a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos(as). 16. A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade: a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos

últimos cinco anos considerada mais relevante pelo(a) candidato(a); b) Das atividades de investigação aplicada ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato(a); c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato(a); d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro. 17. O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica, em razão de circunstâncias socialmente protegidas, nomeadamente, por motivo de licença de parentalidade, de doença grave prolongada e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas. 18. Os critérios de avaliação definidos pelo júri na ata da reunião de 15 de Julho de 2025, em conformidade com o n.º 16, são: a) Da produção científica, tecnológica, cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo candidato, incluindo publicações em revistas científicas indexadas, capítulos de livros ou relatórios técnicos nas áreas de Geografia, turismo inteligente, destinos turísticos inteligentes, sustentabilidade territorial, inovação no turismo ou transformação digital, refletindo um sólido historial de produção científica alinhada com o perfil requerido, bem como, quando aplicável, o domínio de métodos quantitativos e qualitativos avançados (7 pontos); b) Das atividades de investigação aplicada ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo candidato, abrangendo a participação ou coordenação de projetos colaborativos financiados por fundos europeus ou nacionais, com orçamento significativo, nas áreas de turismo, desenvolvimento sustentável ou especialização inteligente, bem como experiência específica com modelos de turismo inteligente aplicados em contextos espanhóis e trabalho direto com entidades turísticas (municípios, entidades regionais de turismo, organizações de gestão de destinos) para a transferência de conhecimento e co-criação de estratégias, além da aplicação prática de métodos quantitativos (PLS-SEM, PCA, inquéritos, modelação estatística) e qualitativos, evidenciando impacto prático (7 pontos). c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato; incluindo o envolvimento de stakeholders e processos de co-criação com municípios, entidades regionais de turismo ou empresas do setor, organização de workshops, seminários, webinars e outras ações de disseminação científica especialmente relacionadas com o turismo inteligente e a sua aplicação territorial, garantindo a transferência de conhecimento para públicos não académicos (3 pontos). d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro, incluindo funções de gestão e coordenação de atividades científicas, como participação em comissões científicas, grupos de investigação, organização de conferências, workshops e fóruns científicos, colaboração como editor(a) e/ou revisor(a) de revistas académicas, orientação de teses de mestrado ou doutoramento, supervisão de estâncias de investigação pré e pós-doutoral, bem como atividades de coordenação e monitorização da qualidade em programas de ensino superior em contexto internacional, preferencialmente relacionadas com turismo inteligente ou desenvolvimento territorial (3 pontos). 19. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que tenham obtido uma valorção inferior a 9,5 valores. 20. Numa segunda fase de avaliação, o júri poderá, se assim o entender, entrevistar os(as) 3 candidatos(as) melhor classificados com o objetivo de exclusivamente clarificar aspetos relacionados com os resultados da sua investigação para melhor aferir da adequação ao posto de trabalho. 21. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0-20, com valorção até às décimas. Valorção final (se houver entrevista): a valorção final e o consequente ordenamento dos candidatos, resulta da aplicação da fórmula abaixo indicada e será expressa numa escala de 0-20: $VF = ApCC (90\%) + E (10\%)$ Em que: VF = valorção final; ApCC = avaliação percurso científico e curricular; E = entrevista. Em caso de igualdade de valorção, o critério de desempate será o voto do presidente do Júri. 22. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. 23. Das reuniões do júri são elaboradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 24. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos(as) candidatos(as) aprovados(as)

com a respetiva classificação. 25. A deliberação final do júri é homologada pelo Reitor da Universidade do Algarve, a quem compete ainda, a decisão final sobre a contratação. 26. As candidaturas são formalizadas, através do requerimento disponibilizado para o efeito na página web da Universidade do Algarve (<https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>), dirigido ao Reitor da Universidade do Algarve, e entregues: a) por via eletrónica para o endereço srhconcurso@ualg.pt até às 23h59 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas; ou b) por correio registado com aviso de receção endereçado ao Reitor da Universidade do Algarve, Campus da Penha, 8005-139 Faro, valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no ponto anterior; ou c) pessoalmente no Expediente Geral da Universidade do Algarve, no piso 0 do edifício da Administração, no Campus da Penha, em Faro, entre as 9h00m e as 12h30m e entre as 14h00m e as 17h30m, até ao último dia do prazo de candidatura. 27. Do requerimento do(a) candidato(a) constará, obrigatoriamente, a identificação do presente aviso, o nome completo do(a) candidato(a), filiação, número do documento de identificação (cartão de cidadão, bilhete de identidade ou documento equivalente no caso de candidato(a) estrangeiro, passaporte, com indicação da respetiva data de validade), número de identificação fiscal, data e local de nascimento, estado civil, profissão, ramo do doutoramento e data de conclusão, morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico. O(A) candidato(a) deve ainda manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações, no âmbito deste procedimento concursal, possam ter lugar por correio eletrónico. 28. A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas nos n.ºs 12 e 14 para admissão ao presente procedimento concursal, nomeadamente: a) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento (um exemplar em suporte digital e outro em papel, em caso de entrega por correio registado ou pessoalmente); b) Carta de motivação (em inglês), sublinhando as atividades científicas e contributos mais significativos nos últimos 5 anos (máximo 3000 caracteres incluindo espaços) de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do RJEC, incluindo a listagem e disponibilização de 3-5 artigos publicados que considere representativos ou com maior impacto na área (um exemplar em suporte digital e outro em papel, em caso de entrega por correio registado ou pessoalmente); c) Curriculum vitae detalhado (em inglês), do qual conste informação sobre o percurso científico e curricular do(a) candidato(a), organizado em conformidade com os critérios de avaliação fixados ((um exemplar em suporte digital e outro em papel, em caso de entrega por correio registado ou pessoalmente); d) Outros documentos relevantes para avaliação das qualificações em área científica afim (se aplicável, um exemplar em formato digital); e) Outros documentos que o(a) candidato(a) considere relevantes para apreciação da sua candidatura (se aplicável, um exemplar em formato digital). 29. São excluídos do procedimento os(as) candidatos(as) que apresentem a candidatura fora do prazo estabelecido no ponto 4 bem como os que não a formalizem corretamente ou que não façam prova dos requisitos exigidos. 30. As falsas declarações prestadas pelos(as) candidatos(as) são punidas nos termos legalmente previstos. Em caso de dúvida acerca da autenticidade das declarações prestadas pelos(as) candidatos(as), pode o júri exigir a apresentação dos documentos comprovativos que entender necessários. 31. As convocatórias para a realização dos métodos de seleção serão efetuadas através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 32. A lista de candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as), bem como a lista de classificação final será afixada nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve e disponibilizada na sua página eletrónica, dando-se ainda conhecimento da mesma aos(às) candidatos(as), através de e-mail com recibo de entrega da notificação. 33. Nos termos do disposto no artigo 121.º do CPA, os(as) candidatos(as) são notificados da decisão de exclusão e do projeto de lista de classificação final, sendo-lhes concedido, em sede de audiência prévia, o prazo de 10 dias úteis para querendo, dizer o que tiverem por conveniente. 34. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento das vagas indicadas, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação dos postos de trabalho. 35. A Universidade do Algarve promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum(a) candidato(a) pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever, em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical. 36. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 15 de Julho de 2025. 37. Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro,

o candidato portador de deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os(As) candidatos(as) devem declarar na candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação ou expressão a utilizar no processo de seleção. 38. A Universidade do Algarve clarifica, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 6º do RJEC, que não assume qualquer compromisso de vir a considerar ser do seu interesse estratégico a abertura de procedimento concursal para a carreira de investigação científica ou para a carreira docente de ensino superior. 21 de Julho de 2025- O Reitor, Paulo Águas.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: